

Editorial

Legitimação das práticas de relato organizacional como base das normas de contabilidade da sustentabilidade. Um debate necessário

Lina Marcela Sánchez Vásquez¹

Resumo: No cenário da produção de informação organizacional, é cada vez mais frequente a utilização de normas de referência tanto para a informação contabilística como para a informação de sustentabilidade, o que resulta na integração da informação financeira e não financeira, face à complexidade da cobertura das necessidades de informação e à multiplicidade de stakeholders envolvidos na informação de sustentabilidade. Assim, este manuscrito apresenta algumas reflexões sobre as tendências que se estabelecem como cenário recorrente e vindouro de

desenvolvimento da disciplina contábil, que as revistas que integram a Reditores têm testemunhado e promovem sua discussão e apropriação. Os artigos são referenciados para indicar o seu contributo para a discussão, seguindo-se uma reflexão à luz da recente emissão do regulamento das normas de sustentabilidade e a sua influência na reivindicação de transparência da informação contabilística neste cenário no quadro da legitimação.

Palavras-chave: Relato organizacional, sustentabilidade, normas de sustentabilidade, partes interessadas.

Code JEL: M41, D82, D23

¹ Doutorada em Administração de Empresas e Contabilista Pública. Grupo de Investigação Observatório Público. Tecnológico de Antioquia. Medellín, Colombia. lina.sanchez42@tdea.edu.co
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0450-9560>

Uma visão geral da tendência nas revistas acadêmicas nacionais

Para Rodríguez e Valdés (2018), na contabilidade foi somente na década de 1980 que se iniciaram pesquisas de caráter alternativo ao modelo funcionalista baseado na economia de mercado, e foram geradas novas perspectivas e metodologias que desenvolveram estudos qualitativos, conseguindo estabelecer linhas de pesquisa focadas em perspectivas críticas e interpretativas da contabilidade (p.66). Nesse sentido, é possível indicar que os estudos relacionados à vertente da contabilidade ambiental surgem a partir de processos associados à economia, mas posteriormente se desdobram em ramificações muito mais relacionadas ao surgimento da contabilidade como um conhecimento, sendo este o social.

Por outro lado, no seu artigo Mejía (2019) afirma que, desde os anos setenta, os desenvolvimentos acadêmico-institucionais estabeleceram novas relações entre o homem e a natureza, que se enquadram nas alternativas antagônicas de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e sustentabilidade, visões que, na maioria dos casos, não são conciliáveis e que levaram ao surgimento de métodos para a elaboração e apresentação de relatórios organizacionais, tanto econômicos como não econômicos (p.1). Estes elementos sustentam a necessidade de considerar que o relato financeiro, por si só, abrange interesses e necessidades que não englobam totalmente os da sustentabilidade e, neste sentido, é importante gerar diálogos que integrem aspectos financeiros e não financeiros.

Em relação às tendências na produção de relatórios na Colômbia, no artigo Álvarez, Muñoz, Cardona, Restrepo e Ruiz (2017) em sua pesquisa concluem que Nas últimas duas décadas, os Relatórios de Sustentabilidade ou Responsabilidade Social Corporativa - RSC foram configurados como uma ferramenta importante para a gestão de negócios, as empresas da amostra não aplicam totalmente a dimensão ambiental incluída no Guia G4 e não foram observadas tendências semelhantes entre elas. Este estudo sugere a necessidade de criar um conjunto de normas que garantam a homogeneidade e a comparabilidade da informação produzida neste âmbito, do ponto de vista do relato da sustentabilidade.

Suárez, Gómez & García (2021) expressam que um aumento na divulgação de informações sociais e ambientais (sustentabilidade) levanta questões sobre sua utilidade e materialidade, o que implica conhecer as expectativas das partes interessadas. A partir de dois questionários respondidos por 62 gestores, preparadores, auditores, reguladores, estudantes e professores, identificam temas que os marcos mais difundidos (GRI) não incluem e que aumentariam a

materialidade dessas informações na Colômbia: ações pela paz, luta contra a corrupção e a desigualdade, informações para os cidadãos, entre outros (p.2). Este manuscrito chama a atenção para a intenção hegemônica nos relatórios de sustentabilidade que esbate as realidades territoriais, o que contraria a intenção de full disclosure, de representar fielmente as dimensões contidas nos relatórios organizacionais e, por isso, satisfazer as expectativas dos diferentes stakeholders torna-se um desafio significativo ao nível contabilístico.

Sobre o propósito que motiva a produção de informação para a sustentabilidade, Cano & Arias (2023) realizaram um estudo com o objetivo de analisar as perspectivas acadêmicas com que os conceitos de sustentabilidade e sustentabilidade têm sido abordados no campo dos estudos de gestão e organização. O estudo conclui que estes conceitos são utilizados de forma indiscriminada na literatura e que coexistem três abordagens temáticas: 1) a sustentabilidade como estratégia de sustentabilidade econômica, 2) a sustentabilidade como desenvolvimento econômico consciente e 3) a sustentabilidade como projeto sociocultural e político de transformação universal (p.2). Nesse sentido, a utilização da sustentabilidade como motivador da ação organizacional depende da filosofia da empresa e de sua concepção como agente social, pois está inserida na dinâmica sociocultural que condiciona as tendências gerenciais.

Nesse mesmo sentido, Valenzuela & Suárez (2021) utilizam a contra-contabilidade, um ramo da contabilidade socioambiental, e utilizam uma metodologia qualitativa em duas fases. nesse trabalho de reflexão, são visibilizados alguns impactos negativos que não são adequadamente reportados pela organização, mas que possuem narrativas que os sustentam e que são construídas por grupos de interesse que foram diretamente afetados (p.2). Por isso, a utilização de informação que contabilize aspectos alternativos à contabilidade financeira tradicional é indispensável para incluir a multiplicidade de agentes.

Por fim, no âmbito da atuação profissional, o relato da sustentabilidade abre campos até então imprevisíveis. A este respeito, García (2023) afirma no seu artigo que o relato do desenvolvimento sustentável oferece novas possibilidades aos contabilistas e aos estudantes da área. De certa forma, torna a contabilidade mais “humana”, mostrando-a influenciada pelo desenvolvimento sustentável, o que é extremamente valioso para uma disciplina que, cada vez menos, continua a considerar-se distante das questões relacionadas com as pessoas e o planeta (p.8). Esta reflexão é necessária para os cenários de formação, as propostas curriculares e os perfis dos licenciados e dos profissionais, uma vez que constituem a promessa de valor dos programas universitários, nos quais se espera que exista uma orientação relativamente a este cenário promissor para o profissional de contabilidade.

Uma reflexão à luz da recente emissão das normas de sustentabilidade no quadro contabilístico

O conselho de normas internacionais para a sustentabilidade no quadro contabilístico é um desenvolvimento recente. Importa, por isso, estar atento às iniciativas que o IASB, enquanto entidade emissora das IFRS, está a desenvolver através do International Accounting Standards Board for Sustainability (IASSB), que em alinhamento com os ODS propõe a utilização de informação financeira e não financeira complementar. A utilização dos indicadores propostos pela UNCTAD, bem como os S1 e S2 gerados pela referida organização, são já uma realidade tangível que está a ser introduzida nas práticas de relato. Perante esta situação, como se posicionam as organizações, os profissionais em formação e em exercício, os reguladores e os produtores de informação sobre sustentabilidade?

Em relação aos artigos anteriormente referenciados, é evidente que, nos relatórios organizacionais sobre sustentabilidade, é possível indicar um uso excessivo da retórica, com uma intenção persuasiva e dissuasiva para o recetor. Embora seja utilizada uma linguagem inclusiva, as evidências mostram uma clara exclusão de utilizadores com elevada influência e poder organizacional. Este facto é notório em aspectos como a barreira linguística que os relatórios em inglês podem representar, a utilização de linguagem técnica e de expressões difíceis de compreender pelo leitor. A utilização da teoria das partes interessadas deve ser reconsiderada, passando a ser encarada como o destinatário e não como o emissor dos relatórios de sustentabilidade.

Por outro lado, dada a utilização generalizada dos padrões GRI como o quadro de referência mais amplamente aceite, uma vez que estão alinhados com as políticas de sustentabilidade da ONU através dos ODS, é importante destacar a sua intenção homogeneizadora, que exclui as condições específicas dos territórios, pelo que os organismos reguladores terão de permitir a sua adaptação às condições específicas do país, que no caso da Colômbia, dada a sua diversidade cultural, ambiental e social, merece ser fielmente representada.

Por fim, verifica-se que tanto na fase de identificação como nas últimas construções tendo como referência os ODS, a forma mais bem sucedida de abranger a sustentabilidade é a complementação da informação financeira com a informação não financeira. Só assim é possível à organização contabilizar todos e cada um dos 17 objectivos de desenvolvimento sustentável e, assim, com a intenção de contribuir para o alcance dos objectivos de sustentabilidade, incluir as partes interessadas para além do seu contributo para o capital financeiro, pois fazem parte da vida do planeta e garantem a sua sobrevivência ao longo do tempo.

Referências

- Álvarez, M. C., Muñoz, L. M., Cardona, B. M., Restrepo, L. J., y Ruiz, N. A. (2017). Caracterización de la dimensión ambiental incluida en los informes de sostenibilidad de las empresas colombianas pertenecientes al CECODES. *En-Contexto*, 7(7), 225–253. <https://doi.org/10.53995/23463279.466>
- Cano, V., y Arias, J. D. (2023). La sostenibilidad y la sustentabilidad en la Administración y las Organizaciones: una revisión de literatura. *Teuken Bidikay*, 13(20). <https://doi.org/10.33571/teuken.v13n20a2>
- García, I. (2023). Reportes de sostenibilidad: un área de oportunidad para contadores y contadoras. *Apuntes Contables*, 32, 5–9. <https://doi.org/10.18601/16577175.n32.01>.
- Mejía, E. (2019). Reportes organizacionales no financieros y biocontabilidad: superando la contabilidad ambiental. *Visión Contable*, (20), 97–120. <https://doi.org/10.24142/rvc.n20a3>
- Rodríguez, D. F., & Valdés Vásquez, P. C. (2018). Balance de las publicaciones que abordan el concepto de contabilidad ambiental en revistas contables colombianas. *Visión Contable*, (17), 26–79. <https://doi.org/10.24142/rvc.n17a2>
- Suárez-Rico, Y. M., Gómez-Villegas, M., & García-Benau, M. A. (2021). La utilidad de los informes de sostenibilidad en entidades públicas y privadas en Colombia: la percepción de los stakeholders. *Contaduría Universidad de Antioquia*, (79), 103–136. <https://doi.org/10.17533/udea.rc.n79a05>
- Valenzuela, L. F., & Suárez, Y. M. (2021). La Contracontabilidad como aporte a la transformación social: Monsanto-Bayer y sus impactos negativos a la sociedad y el ambiente. *Lúmina*, 23(1). <https://doi.org/10.30554/lumina.v23.n1.4302.2022>